



Responsável

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 13.088


Processo : 201702074-00
Município : Monte Alegre
Órgão : Prefeitura Municipal
Assunto : Consulta solicitando esclarecimento sobre quais medidas adotar para o descompasso legal que vem ocorrendo na Prefeitura, principalmente quanto às despesas com pessoal que atingiram o percentual de comprometimento frente a receita corrente líquida, somente no executivo, de 71,39%, quando o limite permissivo legal é de 54%
Exercício : 2017
Interessado : **Jardel Vasconcelos Carmo** – (Prefeito)
Relator : Conselheiro **José Carlos Araújo**

EMENTA: Consulta. Prefeitura Municipal de Monte Alegre. Exercício de 2017. Pela aprovação da resposta à consulta.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: aprovar a resposta à consulta, nos termos apresentados às fls. 039 dos autos.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 23 de maio de 2017.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheiro **José Carlos Araújo**
Relator

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, Substituto Sérgio Dantas e a Procuradora Maria Inez Gueiros

WR



PROCESSO Nº : 201702074-00
PROCEDÊNCIA : Prefeitura Municipal de Monte Alegre
EXERCÍCIO : 2017
ASSUNTO : Consulta

Relatório

Versam os autos sobre consulta apresentada pelo Prefeito do Município de Monte Alegre, Sr. Jardel Vasconcelos Carmo, pela qual solicita esclarecimento sobre quais medidas adotar para o descompasso legal que vem ocorrendo na prefeitura, principalmente quanto às despesas com pessoal que atingiram o percentual de comprometimento frente a receita corrente líquida, somente no executivo, de 71,39%, quando o limite permissivo legal é de 54%.

Desta forma, o Sr. Prefeito informa que foram tomadas algumas medidas legais, tais como a redução do número de secretarias de 12(doze) para 06(seis), manutenção dos subsídios do Prefeito, Vice e Secretários no patamar anterior, dentre outros, as quais não foram suficiente para se atingir a redução necessária ao alinhamento legal.

Neste contexto, indaga quais as medidas legais cabíveis, a fim de se reconduzir ao limite constitucional de gasto com pessoal, evitando-se a exoneração de servidores.

Verifica-se que a presente consulta foi conhecida, tendo em vista que foram preenchidos todos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 298 e 299 do Regimento Interno deste Tribunal, conforme manifestação de fls. 28 dos autos. Após, foram os autos remetidos para a 7ª Controladoria para manifestação, nos termos do art. 300, §4º do Regimento Interno.

Vale ressaltar que o Conselheiro Substituto, Dr. José Alexandre da Cunha Pessoa, entendeu ser a matéria de relevância temática, dada a sua indiscutível repercussão, razão pela qual acatou o pedido, mesmo sendo este formulado sobre caso concreto.

É o relatório.

Fundamentação

Após Parecer Técnico emitido pela 7ª Controladoria em relação a matéria, conclui-se.

A questão apresentada pelo consulente se refere à necessidade de adoção de medidas para restabelecimento do limite prudencial de gastos com pessoal.



Primeiramente, temos a esclarecer que prescreve o parágrafo único do art.22 da LRF que o ente público municipal, ao tomar conhecimento da extrapolação de 95% dos 54% da Receita Corrente Líquida, fica impedido de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, bem como criar cargos, empregos ou funções, alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa, promover cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança, contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo Único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou Órgão referido no art.20 que houver incorrido no excesso:

- I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da CF;
- II – criação de cargo, emprego ou função;
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do §6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Ademais, conforme prevê o art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite prudencial de pessoal é de 54% para o Executivo na esfera municipal. Estando o referido índice acima deste percentual deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço do primeiro, adotando-se medidas para este contingenciamento, previstos no § 3º e 4º¹ do art. 169 da CF, bem como as expressas

1Art. 169. a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 3º para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

- I – redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- II – exoneração dos servidores não estáveis;



no art. 22 da LRF.

Assim sendo, verificado que foi ultrapassado o limite dos 54% de gastos com pessoal, o Poder Executivo Municipal deverá reduzir em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, ressaltado que estes 20% equivale ao mínimo, motivo pelo qual a redução dos gastos com esses servidores pode ultrapassar o percentual previsto. Não sendo suficiente estas medidas adotadas para garantir o cumprimento de determinação da lei complementar, o servidor estável poderá ser exonerado, sendo assegurado a estes servidores o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Vale ressaltar, que o Supremo Tribunal Federal deferiu a suspensão liminarmente dos efeitos do § 2º do art. 23, por força da ADI 2238-5², em que facultava a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço do primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

(...)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

A suspensão da eficácia do dispositivo acima exposto, está intrinsecamente relacionada ao Direito Social, constitucionalmente assegurado, que fixa a irregularidade salarial, ou seja, a vedação à redução dos vencimentos percebidos.

O princípio da irredutibilidade salarial está amparado na Constituição Federal pelo artigo 7º, inciso VI e 37, XV, no qual vem estabelecer garantias aos servidores públicos, imposta pelo legislador Constituinte, no intuito de reguardar os salários, não permitido que o empregador ou administrador público os reduza, sob qualquer argumento, até mesmo o da contenção de gastos com o funcionalismo.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outras que visem à melhoria de sua condição social:

§ 4º se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que o ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

2 **EMENTA:** CONSTITUCIONAL. MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL). Medida cautelar deferida para suspender, no § 1º do art. 23, a expressão “quanto pela redução dos valores a eles atribuídos”.



VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

Paralelo a estas condutas, a adoção de medidas que importem em aumento da Receita Corrente Líquida também contribuem para aumento do limite de gastos com pessoal, considerando que aquela é utilizada como parâmetro para cálculo, e consequentemente, recondução ao teto legal.



VOTO

Assim, conclui-se que a presente consulta foi formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise do mérito da mesma.

Pelo exposto, conheço da presente consulta formulada pelo Sr. Jardel Vasconcelos Carmo Prefeito do Município de Monte Alegre, no sentido de esclarecer sobre quais medidas adotar para o descompasso legal que vem ocorrendo na prefeitura, principalmente quanto às despesas com pessoal que atingiram o percentual de comprometimento frente a receita corrente líquida, somente no executivo, de 71,39%, quando o limite permissivo legal é de 54%.

Diante do acima exposto, e considerando que já foram tomadas algumas medidas pelo ente público municipal para controle prudencial de gastos com pessoal, com redução do número de secretarias, manutenção dos subsídios do Prefeito, Vice e Secretários no patamar anterior, dentre outros, as quais não foram suficientes para se atingir a redução necessária ao alinhamento legal, sugerimos o cumprimento das medidas legais estabelecidas pelos § 3º e 4º do art. 169 da CF, sendo primeiramente a redução de despesas com cargos de confiança em pelo menos 20%, exoneração dos servidores não estáveis e por último a exoneração de servidores estáveis.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 23 de maio de 2017


José Carlos Araújo

Conselheiro Relator TCM-PA